



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 8635/2023/MMA

Brasília, 11 de outubro de 2023.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27
70160-900 Brasília/DF

ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 266 - Requerimento de Informação nº 1604/2023.

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 266, de 04 de setembro de 2023, o qual veicula o Requerimento de Informação nº 1604/2023, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), que requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações. Tendo como base as manifestações técnicas encaminhadas a esta Pasta pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por meio do Despacho Interlocutório, em anexo, esclareço as seguintes questões:

a) Solicitamos que seja disponibilizado a esta Casa Legislativa o relatório detalhado sobre quantas propriedades foram desapropriadas e que ainda não foram devidamente indenizadas? Favor discriminar o local de cada unidade de conservação, especificando a cidade e estado.

O processo de desapropriação inicia-se com o procedimento administrativo até o pagamento efetivo da indenização. Assim, as propriedades que foram desapropriadas já se encontram indenizadas. No período 2009 a 2018 foram desapropriados 175 imóveis abrangendo uma área de 163 mil hectares. No período 2019 a 2022 não houve controle dos dados pelos gestores, não sendo possível fornecer a informação. O levantamento de informações detalhadas sobre localização (unidade de conservação, estado e cidade) necessita de um prazo maior para consolidação dos dados.

b) Ainda, que seja disponibilizado se há em tramitação processos judiciais atinentes à área afeta pela constituição da unidade de conservação, especificando em que andamento o processo se encontra, e as justificativas que ensejaram, ou não, o deferimento de indenização.

O ICMBio é um órgão da administração pública, e desta forma não tem acesso ao inteiro teor dos processos judiciais, assim não há como acompanhar o trâmite de cada ação do Poder Judiciário relacionada a todos os processos administrativos que correm naquele Instituto, além disso ainda existem processos em tramitação cujo réu ou autor era o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama ou órgãos antecessores. Adicionalmente, informo que o ICMBio desde 2014 vem formulando um sistema de informações, o SIGTERRA, que poderá abrigar e disponibilizar informações detalhadas sobre a situação fundiária das Unidades de Conservação Federais, contudo no período 2019 a 2022 o desenvolvimento do sistema foi paralisado e está sendo retomado desde o início deste ano.

c) O Governo dispõe de recursos financeiros suficientes para indenizar as Unidades de Conservação já desapropriadas? Favor apresentar relatório detalhado referente ao montante público.

Origem	Valor (Mil R\$)
Compensação Ambiental	834
Orçamento ICMBio	1,7
Total	835,7

d) Quantas Unidades de Conservação foram consolidadas até o momento? Favor apresentar relatório detalhado discriminando o local de cada unidade, especificando a cidade e estado.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/OFICIO_1473793.html

2344573

Atualmente existem 49 UCs que são constituídas por glebas pública e imóveis públicos, que já estão como a parte fundiária consolidada, conforme tabela abaixo:

Unidade de Conservação	Ano de Criação	Ato de Criação	UF	MUNICÍPIO	Área (ha)
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA SERRA DAS ARARAS	1982	DEC 87.222, de 31/05/1982.	MT	PORTO ESTRELA E CÁCERES	27.159,7104
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ARACURI-ESMERALDA	1981	DEC 86.061 de 2/6/1981.	RS	MUITOS CAPÕES	276,9792
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS	1987	DEC 94.656, de 20/07/1987	SC	FLORIANÓPOLIS	759,3371
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MARACÁ	1981	DEC 86.061, de 02/06/1981	RR	ALTO ALEGRE E AMAJARI	103.519,8671
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAIAMÃ	1981	DEC 86.061, de 02/06/1981	MT	POCONÉ E CÁCERES	11.554,9824
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE URUÇUI-UNA	1981	DEC 86.061, de 02/06/1981	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, SANTA FILOMENA, CURRAIS E BOM JESUS	135.122,2914
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DOS TUPINQUINS	1986	DEC 92.964, de 21/07/1986	SP	ITANHAÉM, CANANÉIA E PARUÍBE	1.727,7142
ESTAÇÃO ECOLÓGICA TUPINAMBÁS	1987	DEC 94.656, de 20/07/1987	SP	UBATUBA	2.463,6151
FLORESTA NACIONAL CONTENDAS DO SINCORÁ	1999	DEC S/N, de 21/09/1999	BA	CONTENDAS DO SINCORÁ E TANHAÇU	11.215,9308
FLORESTA NACIONAL DE AÇU	2001	Portaria 245 de 18/07/2001	RN	AÇU	225,0246
FLORESTA NACIONAL DE ASSUNGUI	1968	Portaria 559 de 25/10/1968	PR	CAMPO LARGO	490,8116
FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ	1968	Portaria 560 de 25/10/1968	SC	GUATAMBÚ E CHAPECÓ	1.604,3610
FLORESTA NACIONAL DE IBIRAMA	1988	DEC 95.818, de 11/03/1988	SC	APIÚNA, ASCURRA E IBIRAMA	519,3499
FLORESTA NACIONAL DE IRATI	1968	Portaria 559 de 25/10/1968	PR	FERNANDES PINHEIRO, TEIZEIRA SOARES, IRATI E IMBITUVA	3.802,5128
FLORESTA NACIONAL DE LORENA	2001	Portaria 246 de 18/07/2001	SP	LORENA	281,4090
FLORESTA NACIONAL DE NEGREIROS	2007	DEC S/N de 11/10/2007	PE	PARNAMIRIM E SERRITA	3.004,5615
FLORESTA NACIONAL DE NÍSIA FLORESTA	2001	DEC S/N de 27/09/2001	RN	NÍSIA FLORESTA	168,8433
FLORESTA NACIONAL DE PALMARES	2005	DEC S/N de 21/02/2005	PI	ALTOS E TERESINA	168,2107
FLORESTA NACIONAL DE PARAOPÉBA	2001	Portaria 248 de 18/07/2001	MG	PARAOPÉBA	203,2920
FLORESTA NACIONAL DE PASSA QUATRO	1968	Portaria 562 de 25/10/1968	MG	PASSA QUATRO	335,3731

2344573



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p_882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content_Outlook/7TA0HITJ/OFICIO_1473793.html

FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO	1968	Portaria 561 de 25/10/1968	RS	MARAU E MATO CASTELHANO	1.333,6314
FLORESTA NACIONAL DE SANTA ROSA DO PURUS	2001	DEC S/N de 07/08/2001	AC	FEIJÓ E SANTA ROSA DO PURUS	231.556,8808
FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO	2001	DEC S/N de 07/08/2001	AC	SENA MADUREIRA	21.147,8044
FLORESTA NACIONAL DE SOBRAL	1967	Portaria 358, de 27/09/2001	CE	SOBRAL	661,0234
FLORESTA NACIONAL DO MACAUÁ	1988	DEC 96.189, de 21/06/1988	AC	SENA MADUREIRA	176.347,3644
FLORESTA NACIONAL DO RIO PRETO	1990	DEC 98.845 de 17/01/1990	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	2.817,4008
FLORESTA NACIONAL MÁRIO XAVIER	1986	DEC 93.369 de 08/10/1986	RJ	SEROPÉDICA	495,9905
PARQUE NACIONAL SERRA DA CUTIA	2001	DEC S/N, de 01/08/2001	RO	GUAJARÁ-MIRIM	283.503,4953
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO DE SUSTENTÁVEL DE ITATUPÁ-BAQUIÁ	2005	DEC S/N de 14/06/2005	PA	GURUPÁ	64.442,1784
RESERVA EXTRATIVISTA AUATÍ-PARANÁ	2001	DEC S/N, de 07/08/2001	AM	JAPURÁ, MARAÃ E FONTE BOA	146.949,3757
RESERVA EXTRATIVISTA BARREIRO DAS ANTAS	2001	DEC S/N, de 07/08/2001	RO	GUAJARÁ-MIRIM	106.198,5222
RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU	2004	DEC S/N, de 02/06/2004	MA	BACURI, PORTO RICO DO MARANHÃO, CURURUPU, SERRANO DO MARANHÃO E APICUM-AÇU	186.056,7301
RESERVA EXTRATIVISTA DE SÃO JOÃO DA PONTA	2002	DEC S/N, de 13/12/2002	PA	SÃO CAETANO DE ODIVELAS, SÃO JOÃO DA PONTA E CURUÇÁ	3.409,4937
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO DO CAUTÁRIO	2001	DEC S/N, de 07/08/2001	RO	GUAJARÁ-MIRIM, COSTA MARQUES E GUAJARÁ-MIRIM	75.125,4962
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JUTAI	2002	DEC S/N, de 16/07/2002	AM	JUTAI	275.515,8233
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO	1990	DEC 99.166, de 13/03/1990	RO	NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ-MIRIM	204.632,8123
RESERVA EXTRATIVISTA GURUPÁ-MELGAÇO	2006	DEC S/N, de 30/11/2006	PA	GURUPÁ E MELGAÇO	145.574,1083
RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	2002	DEC S/N, de 13/12/2002	PA	MARAPANIM, SÃO CAETANO DE ODIVELAS, SÃO JOÃO DA PONTA E CURUÇÁ	36.678,7810
RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	ANAJÁS E BREVES	93.747,6607
RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÁ	2002	DEC S/N, de 13/12/2002	PA	MARACANÁ, IGARAPÉ-AÇU, MAGALHÃES BARATA, SANTARÉM NOVO, SALINÓPOLIS E SÃO JOÃO DE PIRABAS	30.179,6452



RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	BRAGANÇA, TRACUATEUA, AUGUSTO CORRÊA E BRAGANÇA	42.489,8063
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE GURUPI-PIRIÁ	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	VISEU, AUGUSTO CORRÊA E CARUTAPERA	72.789,9284
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE	2001	DEC de 22/11/2001	PA	SOURE	29.578,7959
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE TRACUATEUA	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	QUATIPURU, BRAGANÇA, TRACUATEUA E BRAGANÇA	27.864,5016
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO ARRAIAL DO CABO	1997	DEC S/N, de 03/01/1997	RJ	ARARUAMA, CABO FRIO E ARRAIAL DO CABO	51.890,5257
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU	2000	DEC S/N, de 21/09/2000	BA	PRADO E PORTO SEGURO	89.996,7625
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBÁ	1992	DEC 533, de 20/05/1992	SC	FLORIANÓPOLIS	1.686,8661
RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS	1998	DEC S/N, de 06/11/1998	PA	AVIEIRO E SANTARÉM	677.521,4736
RESERVA EXTRATIVISTA TERRA GRANDE-PRACUÚBA	2006	DEC S/N, de 05/06/2006	PA	ANAJÁS, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, MUANA, BREVES E CURRALINHO	194.870,3774

Complementarmente importa destacar que atualmente existem 336 UCs Federais, abrangendo uma área de 172 milhões de ha.

Destas, 64 UCs admitem Domínio Privado (Áreas de Proteção de Ambiental - APA, Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, Refúgios de Vida Silvestre - REVIS e Monumentos Naturais - MONA) abrangendo um território de 102 milhões de ha.

Nas outras 272 UCs (Estações Ecológicas - ESEC, Florestas Nacionais - FLONA, Monumentos Naturais - MONA, Parques Nacionais - PARNA, Reservas Biológicas - REBIO, Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS e Reservas Extrativistas - RESEX), abrangendo cerca de 70 milhões de ha, o domínio da terra deve ser público.

Nessas 272 UCs, a situação fundiária é a seguinte:

UCs de Domínio Público	
Situação Dominial	Área (Milhões de ha)
Terras Públicas Federais e Bens da União*31	31
Terras Indígenas	5
Terras Públicas Estaduais	7
Terras com Suposto Domínio Privado	6
Terras com Dominialidade Indefinida	20
TOTAL	70

2344573



Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARINA SILVA

Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima

Anexo: Despacho Interlocutório (1473786).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente**, em 11/10/2023, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1473793** e o código CRC **484CBFFD**.

Processo nº 02000.013132/2023-21

SEI nº 1473793

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>, sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206

2344573



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/OFICIO_1473793.html



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, - Bairro Sudoeste - Brasília/DF - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9180

Número do Processo: 02070.012953/2023-17

Despacho Interlocutório

Destinatário: DISAT e GABIN

Assunto: Requerimento de informação nº 1604/2023

Redireciono os autos à CGTER com os esclarecimentos possíveis de serem feitos ante às informações solicitadas pelo Deputado Evair Vieira de Melo no RIC n. 1.604/2023 (16002404):

1. *Solicitamos que seja disponibilizado a esta Casa Legislativa o relatório detalhado sobre quantas propriedades foram desapropriadas e que ainda não foram devidamente indenizadas? Favor discriminar o local de cada unidade de conservação, especificando a cidade e estado.*

Para realizarmos a desapropriação, primeiro realizamos todo o procedimento administrativo até o pagamento efetivo da indenização, então as propriedades que foram desapropriadas já se encontram indenizadas.

No período 2009 a 2018 foram desapropriados 175 imóveis abrangendo uma área de 163 mil hectares. No Período 2019 a 2022 não houve controle dos dados pelos gestores, sendo impossível fornecer a informação

2. *Ainda, que seja disponibilizado se há em tramitação processos judiciais atinentes à área afeta pela constituição da unidade de conservação, especificando em que andamento o processo se encontra, e as justificativas que ensejaram, ou não, o deferimento de indenização.*

O ICMBio é um órgão da administração pública, e desta forma não tem acesso ao inteiro teor dos processos judiciais, assim não há como acompanhar o trâmite de cada ação do Poder Judiciário relacionada a todos os processos administrativos que correm no ICMBio, além disso ainda existem processos em tramitação cujo reu ou autor era o IBAMA ou órgãos antecessores.

Adicionalmente informamos que o ICMBio desde 2014 vem formulando um sistema de informações, o SIGTERRA, que poderá abrigar e disponibilizar informações detalhadas sobre a situação fundiária das UCs federais, contudo no período 2019 a 2022 o desenvolvimento do sistema foi paralizado e esta sendo retomada desde o início deste ano.

3. *O Governo dispõe de recursos financeiros suficientes para indenizar as Unidades de Conservação já desapropriadas? Favor apresentar relatório detalhado referente ao montante público.*

As propriedades desapropriadas já foram pagas por este Instituto.

Os recursos disponíveis para a regularização fundiária são

Origem	Valor (Mil R\$)
Compensação Ambiental	834
Orçamento ICMBio	1,7



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344573>

2344573

Total	835,7
-------	-------

4. Quantas Unidades de Conservação foram consolidadas até o momento? Favor apresentar relatório detalhado discriminando o local de cada unidade, especificando a cidade e estado

Atualmente existem 49 UCs que são constituídas por glebas pública e imóveis públicas, que já estão como a parte fundiária consolidada, conforme tabela abaixo :

Unidade de Conservação	Ano de Criação	Ato de Criação	UF	MUNICÍPIO	Área (ha)
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA SERRA DAS ARARAS	1982	DEC 87.222, de 31/05/1982.	MT	PORTO ESTRELA E CÁCERES	27.159,7104
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ARACURI-ESMERALDA	1981	DEC 86.061 de 2/6/1981.	RS	MUITOS CAPÕES	276,9792
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS	1987	DEC 94.656, de 20/07/1987	SC	FLORIANÓPOLIS	759,3371
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MARACÁ	1981	DEC 86.061, de 02/06/1981	RR	ALTO ALEGRE E AMAJARI	103.519,8671
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAIAMÃ	1981	DEC 86.061, de 02/06/1981	MT	POCONÉ E CÁCERES	11.554,9824
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE URUÇUI-UNA	1981	DEC 86.061, de 02/06/1981	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, SANTA FILOMENA, CURRAIS E BOM JESUS	135.122,2914
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DOS TUPINIQUEIS	1986	DEC 92.964, de 21/07/1986	SP	ITANHAÉM, CANANÉIA E PARUÍBE	1.727,7142
ESTAÇÃO ECOLÓGICA TUPINAMBÁS	1987	DEC 94.656, de 20/07/1987	SP	UBATUBA	2.463,6151
FLORESTA NACIONAL CONTENDAS DO SINCORÁ	1999	DEC S/N, de 21/09/1999	BA	CONTENDAS DO SINCORÁ E TANHAÇU	11.215,9308
FLORESTA NACIONAL DE AÇU	2001	Portaria 245 de 18/07/2001	RN	AÇU	225,0246
FLORESTA NACIONAL DE ASSUNGUI	1968	Portaria 559 de 25/10/1968	PR	CAMPO LARGO	490,8116
FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ	1968	Portaria 560 de 25/10/1968	SC	GUATAMBÚ E CHAPECÓ	1.604,3610
FLORESTA NACIONAL DE IBIRAMA	1988	DEC 95.818, de 11/03/1988	SC	APIÚNA, ASCURRA E IBIRAMA	519,3499
FLORESTA NACIONAL DE IRATI	1968	Portaria 559 de 25/10/1968	PR	FERNANDES PINHEIRO, TEIZEIRA SOARES, IRATI E IMBITUVA	3.802,5128
FLORESTA NACIONAL DE LORENA	2001	Portaria 246 de 18/07/2001	SP	LORENA	281,4090
FLORESTA NACIONAL DE NEGREIROS	2007	DEC S/N de 11/10/2007	PE	PARNAMIRIM E SERRITA	3.004,5615
FLORESTA NACIONAL DE NÍSIA FLORESTA	2001	DEC S/N de 27/09/2001	RN	NÍSIA FLORESTA	168,8433
FLORESTA NACIONAL DE PALMARES	2005	DEC S/N de 21/02/2005	PI	ALTOS E TERESINA	168,2107
FLORESTA NACIONAL DE PARAPEBA	2001	Portaria 248 de 18/07/2001	MG	PARAOPEBA	203,2920
FLORESTA NACIONAL DE PASSA	1968	Portaria 562 de 25/10/1968	MG	PASSA QUATRO	335,3731



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344573>

2344573

FLORESTA NACIONAL DE PASSO FUNDO	1968	Portaria 561 de 25/10/1968	RS	MARAU E MATO CASTELHANO	1.333,6314
FLORESTA NACIONAL DE SANTA ROSA DO PURUS	2001	DEC S/N de 07/08/2001	AC	FEIJÓ E SANTA ROSA DO PURUS	231.556,8808
FLORESTA NACIONAL DE SÃO FRANCISCO	2001	DEC S/N de 07/08/2001	AC	SENA MADUREIRA	21.147,8044
FLORESTA NACIONAL DE SOBRAL	1967	Portaria 358, de 27/09/2001	CE	SOBRAL	661,0234
FLORESTA NACIONAL DO MACAUÃ	1988	DEC 96.189, de 21/06/1988	AC	SENA MADUREIRA	176.347,3644
FLORESTA NACIONAL DO RIO PRETO	1990	DEC 98.845 de 17/01/1990	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	2.817,4008
FLORESTA NACIONAL MÁRIO XAVIER	1986	DEC 93.369 de 08/10/1986	RJ	SEROPÉDICA	495,9905
PARQUE NACIONAL SERRA DA CUTIA	2001	DEC S/N, de 01/08/2001	RO	GUAJARÁ-MIRIM	283.503,4953
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO DE SUSTENTÁVEL DE ITATUPÃ-BAQUIÁ	2005	DEC S/N de 14/06/2005	PA	GURUPÁ	64.442,1784
RESERVA EXTRATIVISTA AUATÍ-PARANÁ	2001	DEC S/N, de 07/08/2001	AM	JAPURÁ, MARAÃ E FONTE BOA	146.949,3757
RESERVA EXTRATIVISTA BARREIRO DAS ANTAS	2001	DEC S/N, de 07/08/2001	RO	GUAJARÁ-MIRIM	106.198,5222
RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU	2004	DEC S/N, de 02/06/2004	MA	BACURI, PORTO RICO DO MARANHÃO, CURURUPU, SERRANO DO MARANHÃO E APICUM-AÇU	186.056,7301
RESERVA EXTRATIVISTA DE SÃO JOÃO DA PONTA	2002	DEC S/N, de 13/12/2002	PA	SÃO CAETANO DE ODIVELAS, SÃO JOÃO DA PONTA E CURUÇÁ	3.409,4937
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO DO CAUTÁRIO	2001	DEC S/N, de 07/08/2001	RO	GUAJARÁ-MIRIM, COSTA MARQUES E GUAJARÁ-MIRIM	75.125,4962
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JUTÁI	2002	DEC S/N, de 16/07/2002	AM	JUTÁI	275.515,8233
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO	1990	DEC 99.166, de 13/03/1990	RO	NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ-MIRIM	204.632,8123
RESERVA EXTRATIVISTA GURUPÁ-MELGAÇO	2006	DEC S/N, de 30/11/2006	PA	GURUPÁ E MELGAÇO	145.574,1083
RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	2002	DEC S/N, de 13/12/2002	PA	MARAPANIM, SÃO CAETANO DE ODIVELAS, SÃO JOÃO DA PONTA E CURUÇÁ	36.678,7810
RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	ANAJÁS E BREVES	93.747,6607
RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÃ	2002	DEC S/N, de 13/12/2002	PA	MARACANÃ, IGARAPÉ-AÇU, MAGALHÃES BARATA, SANTARÉM NOVO, SALINÓPOLIS E SÃO JOÃO DE PIRABAS	30.179,6452



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344573>

2344573

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÊ-TAPERAÇU	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	BRAGANÇA, TRACUATEUA, AUGUSTO CORRÊA E BRAGANÇA	42.489,8063
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE GURUPI-PIRIÁ	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	WISEU, AUGUSTO CORRÊA E CARUTAPERA	72.789,9284
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE SOURE	2001	DEC de 22/11/2001	PA	SOURE	29.578,7959
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE TRACUATEUA	2005	DEC S/N, de 20/05/2005	PA	QUATIPURU, BRAGANÇA, TRACUATEUA E BRAGANÇA	27.864,5016
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO ARRAIAL DO CABO	1997	DEC S/N, de 03/01/1997	RJ	ARARUAMA, CABO FRIO E ARRAIAL DO CABO	51.890,5257
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU	2000	DEC S/N, de 21/09/2000	BA	PRADO E PORTO SEGURO	89.996,7625
RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ	1992	DEC 533, de 20/05/1992	SC	FLORIANÓPOLIS	1.686,8661
RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS	1998	DEC S/N, de 06/11/1998	PA	AVIEIRO E SANTARÉM	677.521,4736
RESERVA EXTRATIVISTA TERRA GRANDE-PRACUÚBA	2006	DEC S/N, de 05/06/2006	PA	ANAJÁS, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, MUANÁ, BREVES E CURRALINHO	194.870,3774

Complementarmente importa destacar que:

Atualmente existem 336 UCs Federais, abrangendo uma área de 172 milhões de ha. Destas, 64 UCs admitem Domínio Privado (APA, ARIE, REVIS e MONA) abrangendo um território de 102 milhões de ha. As outras 272 UCs das categorias ESEC, FLONA, MONA, PARNA, REBIO, RDS e RESEX, abrangendo 70 milhões de ha, o domínio da terra deve ser público.

A situação fundiária destas Unidades é a seguinte:

UCs de Domínio Público	
Situação Dominial	Área (Milhões de ha)
Terras Públicas Federais e Bens da União*31	31
Terras Indígenas	5
Terras Públicas Estaduais	7
Terras com Suposto Domínio Privado	6
Terras com Dominialidade Indefinida	20
TOTAL	70



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344573>

Em resumo as ações institucionais para desapropriação ou recebimento de imóveis em doação estão direcionadas aos processos que compreendem os 6 milhões de hectares de Terras com Suposto Dominio Privado.

Brasília/DF, 11 de outubro de 2023

ELIANI MACIEL LIMA

Coordenadora Geral de Consolidação Territorial



Documento assinado eletronicamente por **Eliani Maciel Lima, Coordenador(a)-Geral**, em 11/10/2023, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **16440299** e o código CRC **2CFF2F68**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344573>

2344573